

A CONTRIBUIÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS SITUADOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DE GOIÁS

The contribution of the federal institutes located in the metropolitan region of Goiânia in the regional development of the state of Goiás

Antônio Pasqualetto
Oyana Rodrigues Santos
Aline Tereza Borghi Leite
Juliano Castro Silvestre

A CONTRIBUIÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS SITUADOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DE GOIÁS

The contribution of the federal institutes located in the metropolitan region of Goiânia in the regional development of the state of Goiás

*Antônio Pasqualetto
Oyana Rodrigues Santos
Aline Tereza Borghi Leite
Juliano Castro Silvestre*

Resumo: O artigo apresenta a história, a construção e as fases do atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, instituição de ensino modelo na oferta de cursos profissionalizantes e superior. Em Goiás têm-se o IFG (Instituto Federal de Goiás) e o IFGoiano (Instituto Federal Goiano) ambos com a mesma estrutura, porém em áreas de atuação diferentes, respeitando as vocações econômicas e regionais do Estado. Em Goiás são 24 (vinte e quatro) câmpus dos dois Institutos espalhados por todas as mesorregiões. Para objeto de estudo definiu-se a Região Metropolitana de Goiânia (RMG) a ser pesquisada. Foram utilizados índices de desempenho municipal nas variáveis Educação e Trabalho entre os anos de 2014 e 2016, e os resultados apresentados mostraram que em todos os 6 (seis) municípios: Aparecida de Goiânia, Inhumas, Goiânia, Hidrolândia, Senador Canedo e Trindade apresentaram melhorias nos seus indicadores de Trabalho e Educação, excetuando Goiânia que teve redução nos índices de Educação em 2016.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Institutos Federais; Educação Profissional.

Abstract: The article presents the history, construction and phases of the current Federal Institute of Education, Science and Technology, model teaching institution in offering vocational and higher courses. In Goiás we have the IFG (Federal Institute of Goiás) and the IFGoiano (Federal Goiás Institute) both with the same structure, but in different areas of activity, respecting the economic and regional vocations of the State. In Goiás there are 24 (twenty-four) campuses of the two Institutes scattered throughout all mesoregions. For purposes of study, the Metropolitan Region of Goiania (RMG) was defined. Municipal performance indices were used in the variables Education and Work between the years 2014 and 2016, and the results presented showed that in all 6 (six) municipalities: Aparecida de Goiania, Inhumas, Goiania, Hidrolandia, Senador Canedo and Trindade presented improvements in its Job and Education indicators and only Goiania there was a reduction in the Education indices in 2016.

Keywords: Development Regional; Federal Institutes; Professional Education.

JEL: I21, R11.

INTRODUÇÃO

Desde o decreto 7566 de 1909 do então Presidente da República Nilo Peçanha, a Educação Profissional surgiu como uma necessidade de qualificação, mais especificamente da classe proletária no início do século XX. Nos dias de hoje é denominada de Educação Profissional Técnica de Nível Médio conforme a Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação - nos seus artigos 36 A ao D na qual determina a qualificação para o mercado de trabalho de acordo com as vocações econômicas de cada região ou município.

Os Institutos Federais com mais de 100 anos de atuação têm papel importante na história educacional brasileira e também na inserção de mão de obra qualificada ao mercado de trabalho.

Em Goiás há o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Goiano, que atuam em segmentos diferentes de formação, sendo o primeiro predominantemente voltado à área industrial e o segundo ao segmento de formação agrossilvipastoril.

Muitas destas unidades estão localizadas em Goiânia e entorno. A Região Metropolitana de Goiânia (RMG) foi criada pela Lei Complementar nº 27 de 30/12/1999, e é composta por 20 municípios: Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldasinha, Caturai, Goianópolis, Goiânia, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) a estimativa populacional se aproxima dos 2,5 milhões de habitantes. Ocupa, atualmente a 11ª posição das maiores regiões metropolitanas do Brasil. Dentre as 20 (vinte) cidades encontram-se 6 (seis) com câmpus instalados dos Institutos Federais: Aparecida de Goiânia, Goiânia, Hidrolândia, Inhumas, Trindade e Senador Canedo. Estes municípios representam 2,3 milhões de habitantes totalizando 92% da população desta região.

Portanto objetivou-se analisar neste artigo a origem, a história e a relação de desenvolvimento e crescimento regional nas cidades da Região Metropolitana de Goiânia (RMG) onde estão instalados os câmpus dos dois Institutos Federais em Goiás (IFG e IF Goiano).

REVISÃO DE LITERATURA

Em Goiás, de acordo com a Lei 11.892 de 29 de Dezembro de 2008, há dois Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que integram à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Ministério da Educação. Um denominado Instituto Federal de Goiás (IFG) e outro Instituto Federal Goiano (IF Goiano) cujo projeto político-pedagógico é de oferecer ensino público e gratuito na educação básica, técnico e superior, além dos programas de pós-graduação lato e stricto sensu.

Para melhor entendimento da inserção destas Instituições na sociedade goiana e região, se faz necessário o resgate de sua história na localidade. O importante destaque de seu pioneirismo no cenário brasileiro, enquanto fruto de decisões da esfera Federal, contemporâneos a período de preocupação com o fomento ao desenvolvimento industrial e agrícola.

A Educação Profissional e Tecnológica assumiu valor estratégico para o desenvolvimento nacional. Dentre estas localidades estava a antiga capital do

Estado de Goiás, marcando trajetória de longos anos, bem-sucedidos de inserção junto à comunidade, com fecunda contribuição no desenvolvimento de jovens profissionais com impacto positivo e significativo no incremento econômico local e regional tanto na esfera industrial quanto agropecuária.

Tal presença no cenário goiano pode ser exemplificada com a própria história do IFG, com seus mais de 100 anos, centenário completo em 2009. O Câmpus Goiânia do IFG é pioneiro, não só na Região Centro-Oeste, como na dinâmica da Instituição, enquanto sede do Instituto Federal de Goiás (IFG).

Sua origem remonta a antiga capital do Estado de Goiás - Vila Boa, quando foi instituída, em 23 de setembro de 1909, por meio do Decreto nº 7.566 do presidente Nilo Peçanha, a Escola de Aprendizes e Artífices, primeira instituição no Estado, voltada para formação técnica profissional. Em 05 de julho de 1942, com a mudança da capital do Estado para Goiânia, a escola foi transferida e recebeu novo nome, Escola Técnica de Goiânia, consolidando-se como centro de excelência no ensino técnico profissionalizante. Com a Lei n.º 3.552, em 1959, a instituição alcançou a condição de autarquia federal e em 1965, passou a chamar, Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG), com a Lei nº 4.759, de 20 de agosto. Nessa época, a ETFG estava organizada em quatro modalidades de ensino técnico: o Ginásio Industrial; o Colégio Técnico Industrial; Aprendizagem Industrial e os cursos intensivos de preparação de mão de obra industrial.

Aos sabores das decisões governamentais e respectivos entendimentos do que seria a educação profissional e seu papel junto à comunidade, externados em textos tanto de Políticas Públicas de Estado como mesmo Políticas Públicas de governos, foram responsáveis por significativas transformações no perfil dos serviços prestados pelas instituições federais de formação profissional no Brasil, o que pode ser observado no ocorrido com as Instituições no Estado de Goiás. Assim, por meio do decreto s/nº de 22 de março de 1999, a Escola Técnica Federal de Goiás foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO), passando a atuar também no ensino superior.

Pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, os CEFETs foram transformados em Institutos Federais quando, por esta mesma Lei foi criado também, o Instituto Federal Goiano (IF Goiano), passando o Estado de Goiás a ter dois Institutos: o Instituto Federal Goiano (IF Goiano), originalmente de orientação agropecuária, e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), originalmente de orientação industrial.

Com os Institutos, houve maior autonomia administrativa, financeira e pedagógica, equiparando a instituição às universidades federais, contribuindo ainda mais com a sociedade, capacitando profissionalmente os cidadãos e oferecendo ensino de qualidade à população.

O IFG oferece educação superior, básica e profissional, pluricurricular, especializada na oferta de educação profissional, tecnológica e gratuita em diferentes modalidades de ensino, tendo por finalidade formar e qualificar profissionais para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisas e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

O IFG oferece desde educação integrada ao ensino médio à pós-graduação. Na educação superior, conta com bacharelados, licenciaturas e superiores em tecnologia e na pós-graduação com cursos de mestrado profissional e especialização lato sensu. Na educação profissional técnica de nível médio, atua, nas modalidades subsequente e integrada, atendendo também ao público de

jovens e adultos, por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA). De acordo com o site do Ministério da Educação (MEC) 2010, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são parceiras na oferta de cursos de extensão, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e cursos de educação à distância (EAD).

O IF Goiano integrou os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) de Rio Verde, de Urutaí e sua respectiva Unidade de Ensino Descentralizada de Morrinhos, mais a Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCE) – antigas escolas agrícolas. Com Reitoria instalada em Goiânia, em 2010, a Instituição inaugurou câmpus na cidade de Iporá em 2014, e iniciou as atividades em Campos Belos, Posse e Trindade, além de instalar câmpus avançados, nas cidades de Catalão, Cristalina, Ipameri e Hidrolândia, totalizando 12 (doze) unidades em Goiás (MEC, 2015).

No Instituto Federal Goiano prevalecem os cursos de Tecnologia, especialmente na área de Agropecuária, e os de bacharelado e licenciatura. Na educação profissional técnica de nível médio, o IF Goiano atua preferencialmente na forma integrada, atendendo também ao público de jovens e adultos, por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos (Proeja) (MEC, 2010).

A Instituição também atua na pós-graduação, com a oferta de três cursos de mestrado e, é o primeiro Instituto Federal do país a ofertar curso de doutorado. Mais recentemente o IF Goiano aderiu a Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec) e passou a ofertar inicialmente, desde 2012, sete Cursos Técnicos na modalidade semipresencial, segundo os pressupostos da Educação a Distância. O IF Goiano oferta cursos em EaD em todas as microrregiões geográficas do Estado de Goiás, atingindo mais de 60 municípios que firmaram parceria para abertura de 55 pólos de EaD, com aproximadamente quase 7.000 estudantes matriculados (MEC, 2010).

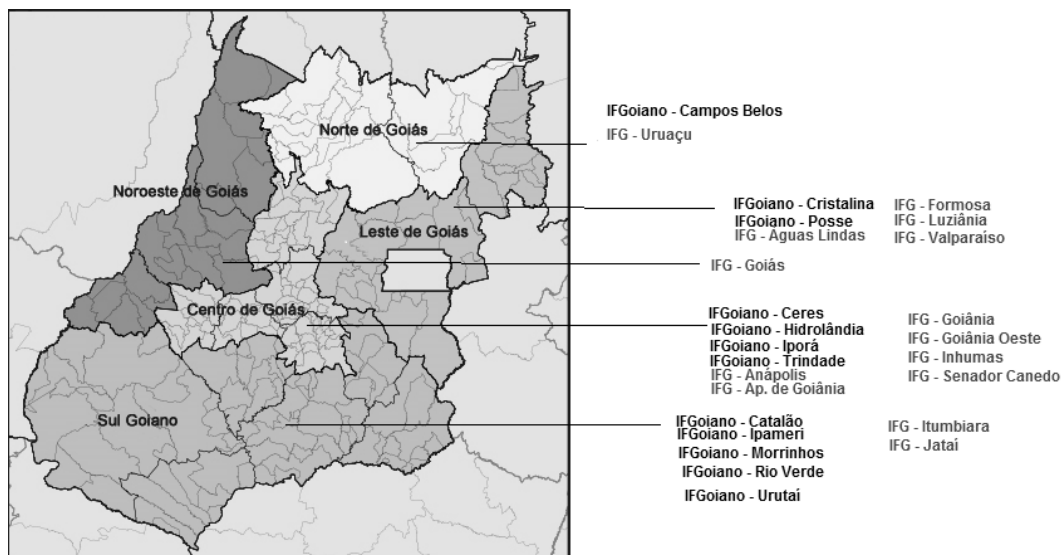
PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Foram realizadas revisões bibliográficas e análise de dados para fundamentação da pesquisa. Por meio do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) do Governo de Goiás, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregos (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego serviram de base para o cruzamento destes dados e conseqüentemente apresentar os resultados oriundos deste artigo. Além de uma revisão literária em leis, decretos e resoluções de criação da Educação Profissional e dos atuais Institutos Federais. O recorte metodológico abrangeu os câmpus instalados nos municípios da Região Metropolitana de Goiânia e seus respectivos Índices de Desempenho nas variáveis Educação e Trabalho: Aparecida de Goiânia, Inhumas, Goiânia, Hidrolândia, Senador Canedo e Trindade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na figura 1 consta a distribuição dos câmpus dos Institutos Federais no território do Estado de Goiás, de acordo com as mesorregiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) conforme Resolução da Presidência (PR) nº 11 de 05 de Junho de 1990.

Figura 1: distribuição dos câmpus no Estado de Goiás

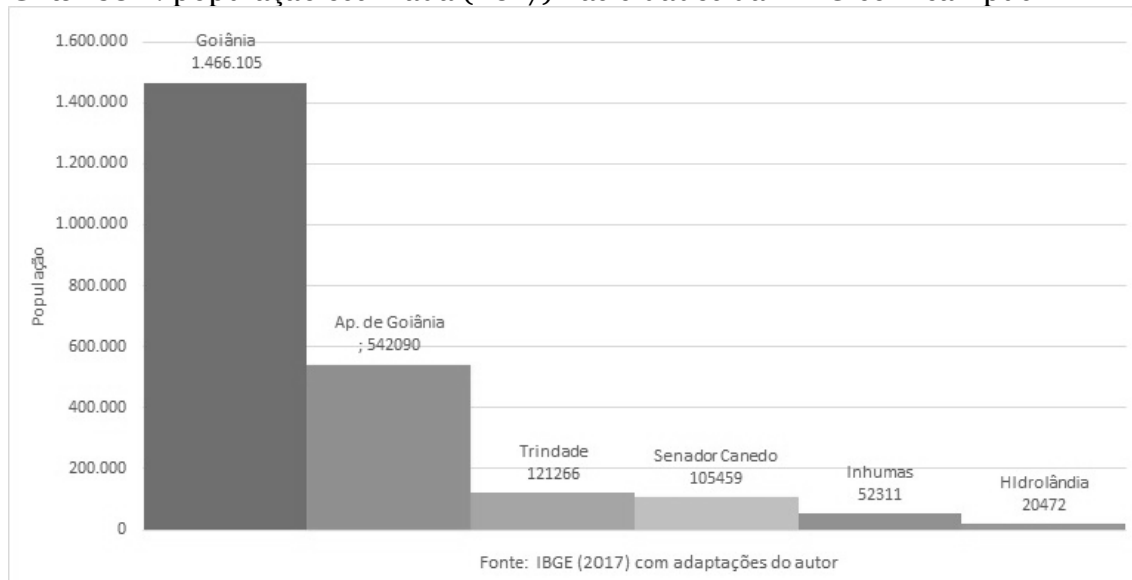


Fonte: Instituto Mauro Borges (IMB, 2014). Com adaptações do autor

Neste contexto, interessante destacar o vínculo histórico destas Instituições com a formação de jovens para o exercício profissional e a despeito de todas as transformações ocorridas no período de suas existências, o oferecimento dos cursos objetivando a formação do cidadão trabalhador sempre se fez presente, e em constante ampliação quantitativa e qualitativamente, alcançando cada vez mais municípios no Estado de Goiás, colocando à disposição da comunidade goiana, profissionais com boa formação, cujo exercício da formação obtida pelos egressos, vem contribuindo para os avanços econômicos regionais.

Segundo Jameson (2006) a sociedade pós-moderna adquiriu um novo comportamento em relação ao consumo. Com a tecnologia bem avançada produtos e serviços se tornaram “descartáveis” muito rapidamente ou como prefere o autor “um capitalismo tardio de consumo”. Neste contexto as cidades precisam estar preparadas para esta nova dinâmica social e cultural. Mais do que investir na atração de grandes empresas ou indústrias as cidades devem apoiar negócios empreendedores, que geram renda e emprego para dentro das suas cidades. Mapear quais são as vocações econômicas e sociais que os moradores têm de habilidades e dar-lhes incentivo financeiro e estrutura para fortalecer a Economia Regional.

Gráfico 1: população estimada (2017) nas cidades da RMG com câmpus IF



Fonte: Instituto Mauro Borges (IMB, 2014). Com adaptações do autor

No gráfico 1 percebe-se a concentração populacional nas cidades de Goiânia e Aparecida de Goiânia, totalizando aproximadamente dois milhões de habitantes, o que corresponde a 80% de toda a população da Região Metropolitana de Goiânia com cerca de 2 milhões e 500 mil habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017).

Trindade, Senador Canedo, Inhumas e Hidrolândia são as outras cidades da RMG (Região Metropolitana de Goiânia) cujas localidades possuem câmpus dos IF's. Destas cidades apenas Senador Canedo teve a sua emancipação no final da década de 1980, mas precisamente em 01 Junho de 1989, com o desmembramento das cidades de Goiânia, Bela Vista de Goiás e Aparecida de Goiânia. Trindade, Inhumas e Hidrolândia, com 97, 86 e 69 anos de fundação, respectivamente, são cidades históricas e com forte apelo religioso, como Trindade, e com a economia baseado na produção agropecuária.

Goiás vive estágio de mudança no perfil da sua economia, de origem nas atividades de agricultura, extrativismo e pecuária, começa a partir do início dos anos de 1990 a se industrializar, influenciado pelas políticas de incentivo fiscal por parte do Governo Estadual (isenção de ICMS) por programas conhecidos como Fomentar/ Produzir¹ criado pela Lei nº 9.489 de 19/07/1984, e na abertura da economia nacional através da quebra do protecionismo estatal estimulada pelo Governo Collor (1990-1992), como aduz Santos (2009).

De acordo com o IMB (2017), o estado de Goiás apresentava em 1995 valor nominal do PIB (Produto Interno Bruto) na ordem de R\$ 14 bilhões e participação no PIB nacional de 2,05%. Após 20 anos, o estado tem um PIB com valor aproximado de R\$ 170 bilhões e participação nacional de 2,9%, sendo a 9ª economia do país, conforme tabela 1.

Esse crescimento mudou o perfil socioeconômico do estado. Porém as indústrias instaladas em Goiás tiveram na inserção da mão de obra local o seu

¹ O FOMENTAR (Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás) tem o objetivo de incrementar a implantação e a expansão das indústrias para a promoção do desenvolvimento do Estado. Fonte: IMB. Disponível em <http://www.imb.go.gov.br/pub/conj/conj22/artigo02.pdf>. Acesso em Mai 2018.

maior problema. As empresas precisaram importar de outros estados trabalhadores em razão da baixa qualificação do trabalhador goiano no início da década de 1990. Os postos de trabalho com maior remuneração ficaram com o pessoal de “fora” diminuindo as chances de um cidadão local conseguir emprego na sua própria cidade ou região.

Políticas de emprego foram introduzidas tanto pelos Governos Estaduais e Federal na intenção de qualificar a mão de obra local. Por isso os Institutos Federais, o Sistema S (SENAI, SENAC, SENAT e SENAR) e as escolas profissionalizantes têm papel relevante no aumento da qualificação do trabalhador nas cidades goianas.

Tabela 1: participação percentual e ranking do Produto Interno Bruto das unidades da Federação em relação ao Produto Interno Bruto do Brasil entre 2010-2015

Unidades da Federação	Produto Interno Bruto									
	2010		2012		2013		2014		2015	
	Partic. (%)	Posição Relativa	Partic. (%)	Posição Relativa	Partic. (%)	Posição Relativa	Partic. (%)	Posição Relativa	Partic. (%)	Posição Relativa
São Paulo	33,3	1º	32,4	1º	32,2	1º	32,2	1º	32,4	1º
Rio de Janeiro	11,6	2º	11,9	2º	11,8	2º	11,6	2º	11,0	2º
Minas Gerais	9,0	3º	9,2	3º	9,2	3º	8,9	3º	8,7	3º
Rio Grande do Sul	6,2	4º	6,0	4º	6,2	5º	6,2	4º	6,4	4º
Paraná	5,8	5º	5,9	5º	6,3	4º	6,0	5º	6,3	5º
1ª a 5ª posição	65,9	-	65,4	-	65,6	-	64,9	-	64,7	-
Santa Catarina	4,0	7º	4,0	6º	4,0	6º	4,2	6º	4,2	6º
Bahia	4,0	6º	3,8	7º	3,8	7º	3,9	7º	4,1	7º
Distrito Federal	3,7	8º	3,4	8º	3,3	8º	3,4	8º	3,6	8º
Goias	2,7	9º	2,9	9º	2,8	9º	2,9	9º	2,9	9º
Pernambuco	2,5	10º	2,7	10º	2,6	10º	2,7	10º	2,6	10º
Pará	2,1	12º	2,2	12º	2,3	11º	2,2	13º	2,2	11º
Ceará	2,0	13º	2,0	13º	2,0	13º	2,2	12º	2,2	12º
Espírito Santo	2,2	11º	2,4	11º	2,2	12º	2,2	11º	2,0	13º
Mato Grosso	1,5	15º	1,7	14º	1,7	14º	1,8	14º	1,8	14º
Amazonas	1,6	14º	1,5	15º	1,6	15º	1,5	15º	1,4	15º
Mato Grosso do Sul	1,2	16º	1,3	16º	1,3	16º	1,4	16º	1,4	16º
Maranhão	1,2	17º	1,3	17º	1,3	17º	1,3	17º	1,3	17º
Rio Grande do Norte	0,9	18º	1,0	18º	1,0	18º	0,9	18º	1,0	18º
Paraná	0,9	19º	0,9	19º	0,9	19º	0,9	19º	0,9	19º
Alagoas	0,7	20º	0,7	20º	0,7	20º	0,7	20º	0,8	20º
Piauí	0,6	23º	0,6	23º	0,6	22º	0,7	21º	0,7	21º
Sergipe	0,7	21º	0,7	21º	0,7	21º	0,6	22º	0,6	22º
Rondônia	0,6	22º	0,6	22º	0,6	23º	0,6	23º	0,6	23º
Tocantins	0,4	24º	0,4	24º	0,4	24º	0,5	24º	0,5	24º
Amapá	0,2	26º	0,2	25º	0,2	25º	0,2	26º	0,2	25º
Acre	0,2	25º	0,2	26º	0,2	26º	0,2	25º	0,2	26º
Roraima	0,2	27º	0,2	27º	0,2	27º	0,2	27º	0,2	27º
6ª a 27ª posição	34,1	-	34,6	-	34,4	-	35,1	-	35,3	-

Fonte: IBGE/ órgãos estaduais de estatística.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Seqplan-GO/ Gerência de Contas Regionais e Indicadores - 2017.

Fonte: Instituto Mauro Borges (IMB) e IBGE (2017). Com adaptações do autor

O desafio agora é conseguir colocação a este trabalhador qualificado. Os postos de trabalho, desde 2014, sofreram forte declínio, e muitos trabalhadores estão desempregados ou na informalidade. Uma alternativa é o investimento no Empreendedorismo e na capacidade de gestão profissional.

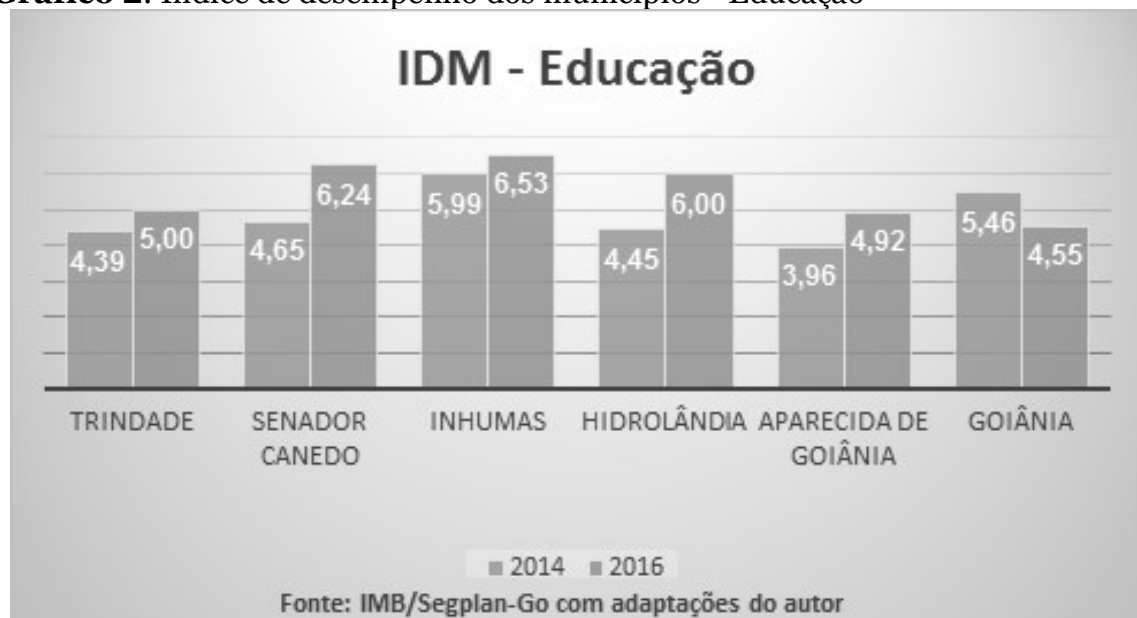
IDM Educação

De acordo com a Lei 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e as resoluções na área da Educação Profissional permite que este ensino seja ofertado em consonância com o mundo do trabalho. Segundo o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Superior (CES) 436/2001 sobre a autorização dos cursos superiores de tecnologia, em um dos seus objetivos da Educação Profissional e Tecnológica fixa: “promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício das atividades produtivas” (BRASIL, Decreto 2208/97).

Quando se delimita os dados econômicos, financeiros e sociais dos municípios envolvidos nesta pesquisa, pode-se constatar aumento no Índice de Desempenho na área da Educação e Trabalho. Excetuando Goiânia, as outras cidades apresentaram melhorias em seus dados educacionais e de trabalho.

O maior salto no índice educação ocorreu na pequena cidade de Hidrolândia (Gráfico 2). De acordo com o IBGE (2017), este município com 20472 habitantes teve aumento de quase 35% no IDM Educação, entre 2014 a 2016. Este índice tem intervalo de 0-10 nas suas análises. A portaria 819 de 13 de Agosto de 2015 autorizou a instalação de polos de inovação nos câmpus avançados de Hidrolândia (IFGoiano), Aparecida de Goiânia, Goiânia Oeste, Inhumas e Senador Canedo (IFG) de acordo com Diário Oficial da União de 17 de Agosto de 2015, nº 156.

Gráfico 2: Índice de desempenho dos municípios - Educação



Fonte: Instituto Mauro Borges e Segplan – GO. Com adaptações do autor

No caso de Hidrolândia, cidade baseada praticamente na agricultura como sua principal atividade econômica, os cursos Técnico em Agropecuária e Manutenção e Suporte à Informática desenvolve no aluno a oportunidade de estudar em tempo integral na Instituição, em cursos voltados para à vocação econômica do município.

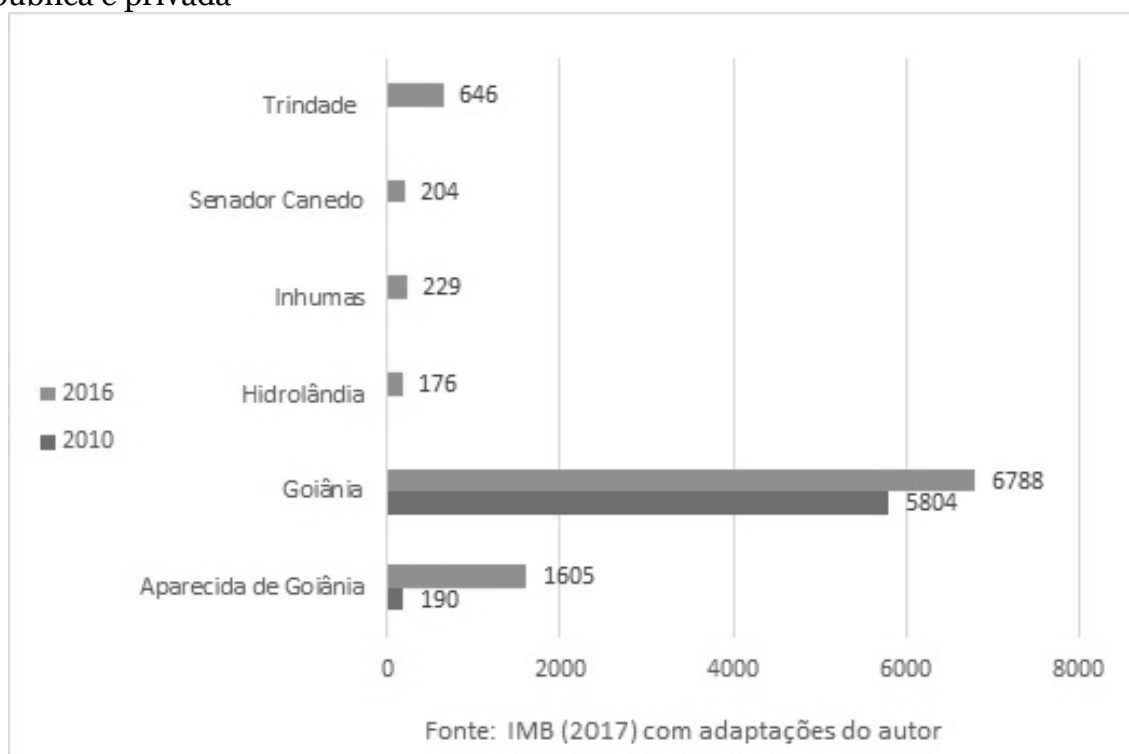
Outro município que se destacou no IDM Educação foi Senador Canedo. Cidade que experimentou explosão populacional devido à sua proximidade com Goiânia, a instalação de Distritos Agroindustriais, além do polo petroquímico da

Petrobras. Em 2001, Senador Canedo tinha 56614 habitantes, e em 2017 já ultrapassou os 105 mil habitantes (IBGE, 2017).

Em Inhumas, Aparecida de Goiânia e Trindade que já foram consideradas cidades “dormitórios” em razão da sua população procurar todos os tipos de serviços e emprego na cidade de Goiânia, a instalação dos câmpus nestes locais, em 2008, 2012 e 2015, respectivamente, os índices de educação tiveram aumento, possibilitando o incremento destes alunos no próprio mercado de trabalho da região. Aparecida de Goiânia conforme estimativas do IBGE (2017) já ultrapassou Anápolis, consolidando-se como a segunda maior cidade do Estado e a terceira no ranking do PIB dentro do Estado.

No Gráfico 3 apresenta a evolução do número de matrículas somente na Educação Profissional nos municípios envolvidos nesta pesquisa.

Gráfico 3: Total de matrículas efetuadas na Educação Profissional na rede pública e privada



Fonte: Instituto Mauro Borges (IMB, 2017). Com adaptações do autor

Cidades como Trindade, Senador Canedo, Inhumas e Hidrolândia coincidentemente houve o incremento de matrículas na educação profissional depois de 2010, após a instalação de câmpus da Rede Federal de Educação Profissional nestes municípios. A presença dos IF's possibilita que o município seja um polo de atração de empresas em todos os segmentos (Indústria, Comércio e Serviços) em razão de Instituições de Ensino darem o suporte e a *expertise* na formação e qualificação da mão de obra, principalmente entre jovens.

IDM Trabalho

Conforme a definição de Freidson (1996) a profissão, entendida em sua dimensão típico-ideal, pode ser considerada como uma ocupação que utiliza um

corpo especializado de conhecimentos e qualificações, que é reconhecida oficialmente, dentro de um mercado formal, e é fundamentada em conceitos e teorias abstratos. Além disso, a profissão detém jurisdição sobre um corpo especializado de conhecimentos e qualificações, bem como o controle ocupacional da prática desse corpo de conhecimentos e qualificações no mercado de trabalho, através da reserva de mercado de trabalho.

De acordo com (Freidson, 2001, 1996) o profissionalismo pode ser considerado como uma terceira lógica de organização da divisão do trabalho. Ao contrário do que ocorre na lógica de livre-mercado e na lógica burocrática, sob a lógica do profissionalismo, as profissões estabelecem e controlam sua própria divisão do trabalho.

Ainda sobre profissão, a Educação Profissional tem no mundo do trabalho a sua base, a sua forma e o seu objetivo. Não se pode pensar num mercado de trabalho sem levar em consideração às variáveis emprego, remuneração, tecnologia, inovação, população economicamente ativa, tendências de produtos e serviços, marketing e cliente. Por isso, os Institutos Federais e as Escolas Técnicas Estaduais desempenham o papel de provocar e promover a identidade vocacional de cada região ou município de acordo com as atividades econômicas desenvolvidas.

No decreto 5.154 de 23 de Julho de 2004, regulamenta os artigos 36 e os 39 a 41 da lei 9.394/96, conhecida como LDB. Neste decreto o governo federal normatizou e identificou os vários níveis de educação profissionalizante e as suas premissas: i) organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica; ii) articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; iii) a centralidade do trabalho como princípio educativo; iv) a indissociabilidade entre teoria e prática

O Índice de Desempenho nos Municípios na variável Trabalho revela que nas seis cidades pesquisadas observou-se aumento. A Educação Profissional tem na interação com o mercado de trabalho o seu diferencial em comparação às outras modalidades ou níveis de educação no Brasil (gráfico 4).

Gráfico 4: Índice de desempenho dos municípios - Trabalho



Fonte: Instituto Mauro Borges e Segplan - GO. Com adaptações do autor

A missão das instituições de ensino que ofertam a Educação Profissional é conduzir o aluno ao exercício da prática e o estudo da teoria de forma dialogada e cuja construção do currículo do curso possa atender às demandas do mercado profissional. Por isso, em cada câmpus dos IF's há cursos técnicos e tecnológicos voltados à vocação econômica, social e humana das suas regiões ou territórios.

Consultas realizadas no IMB (2017) demonstram a evolução dos índices de trabalho nas cidades pesquisadas. Esse reflexo positivo demonstra a força na só na educação, mas no desenvolvimento humano, cujos municípios têm câmpus instalado na sua região.

Trindade foi à cidade que demonstrou a maior diferença entre os anos de 2014 e 2016. Houve aumento de 40,27% nos seus indicadores de trabalho. Trindade assistiu nos últimos anos incremento nos índices populacionais, graças à sua proximidade com a capital Goiânia e o processo de gentrificação – expulsão de moradores para áreas mais periféricas sendo substituídos por moradores com maior poder aquisitivo.

Outro fator analisado foi o expressivo crescimento no número de empregos gerados a partir de 2010 no município de Senador Canedo. Em razão desse acelerado crescimento em agosto de 2014 o IFG inaugura seu câmpus com objetivo de qualificar estes profissionais para o mercado de trabalho.

O Índice de Desempenho dos municípios na variável trabalho não leva em consideração apenas o saldo de emprego. Pode-se verificar no quadro 1 dentre os municípios estudados nesta pesquisa tiveram saldo negativo nos anos de 2015 e 2016. Reflexo da crise, principalmente nas áreas de serviços e construção civil. É evidente que mais pessoas desempregadas acabam aumentando os empregos informais. Mas, a remuneração do trabalhador, a qualificação profissional e a geração de empregos formais são variáveis que fizeram destes municípios experimentarem aumento no desempenho trabalho.

Esses dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados CAGED (2017) do Ministério do Trabalho e Emprego demonstra que mesmo tendo estes municípios escolas profissionalizantes, elas não ficaram imunes da recessão econômica. Porém em 2017, pode-se observar que todas elas conseguiram atingir novamente saldo positivo dentro do CAGED reafirmando a força da economia regional e local.

Quadro 1: Série Histórica: CAGED (2014-2017)

Municípios	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
Goiânia	1590	(12998)	(14029)	1115
Aparecida de Goiânia	(3009)	(8008)	(2082)	3801
Senador Canedo	884	(1183)	(158)	606
Trindade	489	(317)	(299)	254
Inhumas	459	(934)	(53)	339
Hidrolândia	173	(8)	(4)	209
Saldo de Empregos	586	(23448)	(16625)	6424

Fonte: CAGED/MTE (2017) com adaptações do autor

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2017). Com adaptações do autor

Oscilações do CAGED permitem extrair algumas informações: políticas públicas de emprego precisam ser mais eficazes, principalmente em pequenos e médios municípios; a geração de emprego e renda está vinculada à qualificação

profissional; trabalhadores que perdem o vínculo formal de emprego se tornam empreendedores ou microempresários; com a retomada do crescimento – estimativa de 0.89% do crescimento do PIB - como aconteceu agora em 2017, as pessoas com maior qualificação e aprimoramento são as primeiras a se realocarem no mercado de trabalho.

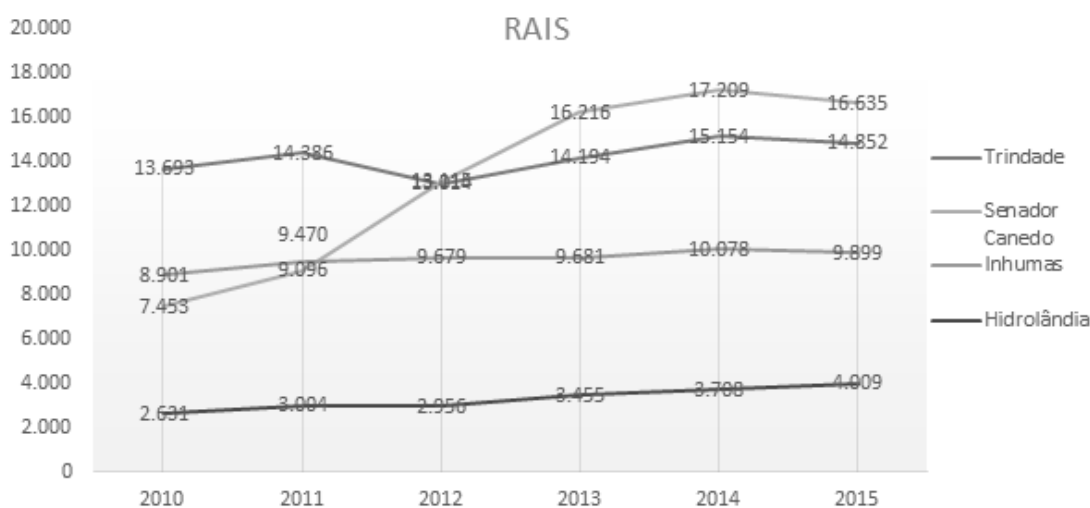
RAIS dos municípios pesquisados

Ao analisar os gráficos 5 e 6 através da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) obtêm-se alguns dados interessantes: a cidade de Senador Canedo foi à localidade que teve o maior salto na geração de emprego. Neste município há o polo petroquímico da Petrobras e dois Distritos Industriais. Dados de 2015, do IMB apontam o município de Senador Canedo em 9º no ranking de arrecadação dentre os 246 municípios goianos.

Em outros municípios pesquisados destacam-se a estabilidade na curva de Goiânia e Aparecida de Goiânia – as duas maiores do estado em termos populacionais – e em Inhumas e Trindade. Em Hidrolândia, o menor município com câmpus do IFGoiano houve aumento na geração de emprego a partir de 2012, coincidentemente quando o Instituto Federal Goiano instala um câmpus avançado na cidade.

Apesar de toda crise financeira que o Brasil atravessa com cortes de gastos tanto do poder público como da iniciativa privada, demissões e crédito com juros altos no mercado financeiro, é importante salientar que nestes municípios pesquisados não houve redução significativa na geração de empregos.

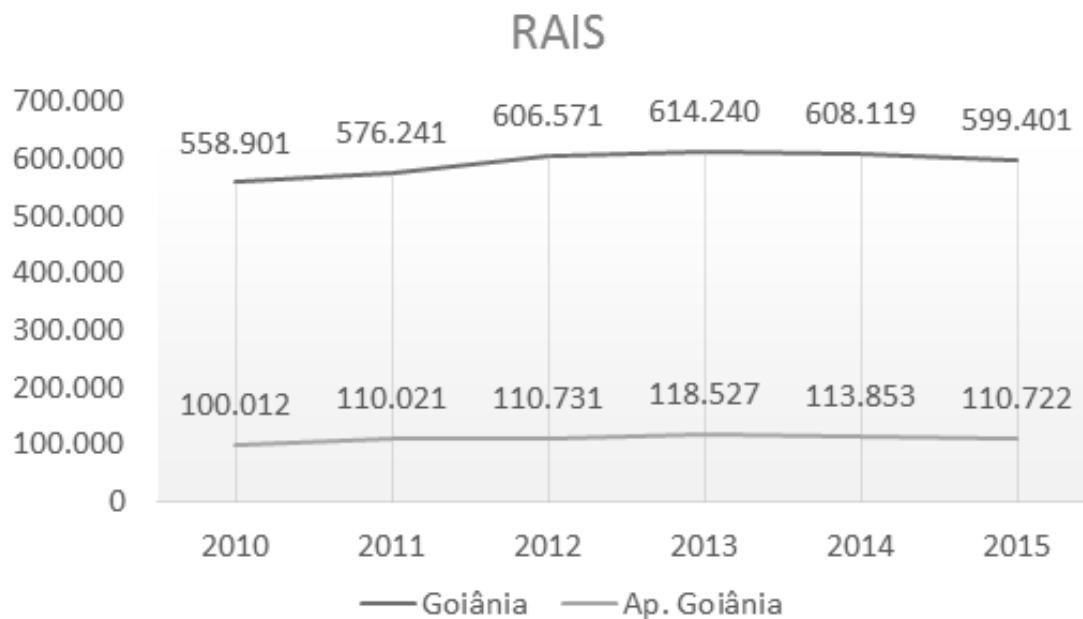
Gráfico 5: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2010 -2015)



Fonte: IMB/Segplan (2015) - com adaptações do autor

Fonte: Instituto Mauro Borges e Segplan-GO (2015). Com adaptações do autor

Gráfico 6: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2010 -2015): Goiânia e Aparecida de Goiânia



Fonte: IMB/Segplan (2015) - com adaptações do autor

No estudo “Educação e Qualificação Profissional” do IBGE (2017) aponta os alunos que fizeram curso técnico na região Centro-Oeste, obteve um aumento salarial de 21,4% em comparação com aqueles não tem este curso. Neste mesmo estudo o IBGE traçou o perfil destes trabalhadores que buscam qualificação. Aproximadamente 40% vivem em regiões metropolitanas e a maioria tem entre 25 a 44 anos e uma renda média familiar de 1 a 2 salários mínimos. Outro dado interessante extraído desta publicação é o fato de 39,1% dos estudantes que frequentaram curso técnico vieram da rede pública de ensino, 13,4% são oriundos do Sistema S, 0,7% são oriundos de instituições filantrópicas ou beneficentes e 46,8% em instituições particulares. Isso demonstra que a Educação Profissional diferentemente do seu surgimento no início do século passado recebe alunos de todas as redes de ensino, democratizando o seu acesso e desmistificando ser um ensino voltado exclusivamente para a classe proletariado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação e o Trabalho são duas variáveis indissociáveis, pois não se pode pensar numa educação de qualidade e equânime se não houver mercado para absorver toda a mão de obra qualificada pelo sistema educacional. Castells (1999) afirma que vivemos numa sociedade em rede, na qual todas as pessoas estão conectadas com tudo e com todos. Essa interação digital permitiu que paradigmas tanto na educação como no trabalho fossem revistos. A aproximação do mundo acadêmico com o trabalho estimulou à criação de novas escolas técnicas profissionalizantes em todo o país

Segundo estimativa do IBGE (2017), o Brasil conta com aproximadamente 207,7 milhões de habitantes. E segundo o próprio IBGE, o Brasil fechou o segundo trimestre de 2017 com uma taxa de desocupação estimada em 13%,

representando cerca de 12 milhões de pessoas. O desafio para gestores públicos, empresariado e educadores talvez não seja tanto no quesito quantitativo, mas sim na qualidade do ensino ofertado. Trabalhar em parceria com as cidades, as associações comerciais e empresarias no sentido de absorver a mão de obra qualificada pelas instituições de ensino.

Conforme o IBGE (2017) o Brasil tem 5.570 municípios, no entanto 25% apresentaram redução populacional, principalmente em localidades com menos de 20 mil habitantes. Por não possuírem oferta completa de serviços públicos (emprego, transporte público, lazer, saúde e educação) seus habitantes são atraídos para áreas mais populosas gerando explosão populacional nos centros urbanos.

O investimento em educação seja ela nos níveis infantil, fundamental e médio em consonância com a regionalidade econômica, cultural e histórica do território permite melhoria nos indicadores de desempenho. Esse crescimento atrai investimentos, melhora a remuneração dos empregados, estimula obras e serviços, mitigando o fluxo migratório destes cidadãos para regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas.

No desempenho trabalho os municípios avaliados mostraram crescimento nos anos de 2014 e 2016. Porém verificou-se que as políticas públicas de desenvolvimento regional, descentralização de serviços e políticas públicas de emprego são tímidas ou pouca eficaz. Cabe aos governos (federal, estadual e municipal) uma integração maior na aplicabilidade de ferramentas que possibilitem os municípios a conseguirem colocação no seu próprio território. A interiorização das escolas profissionalizantes foi uma ferramenta pública importante possibilitando que os jovens tivessem uma maior oportunidade de estudos na sua própria localidade.

Portanto neste artigo os autores buscaram mostrar a relevância das escolas profissionalizantes – no caso os atuais Institutos Federais – no contexto histórico do estado e como um grande formador de mão de obra. E com advento da tecnologia da informação e as novas ferramentas de inovação empregadas nos processos de trabalho, o perfil do trabalhador deste novo século mudou. As competências e habilidades técnicas ainda são valorizadas, mas as habilidades cognitivas, ou seja, capacidade de trabalhar em coletivo, cumprir metas, ser proativas são atitudes valorizadas pelo mercado de trabalho. Por isso, a Educação Profissional cabe se adaptar e propor nos seus cursos técnicos habilidades e conhecimentos que servirão para os novos alunos a conhecerem as dinâmicas e novas tecnologias que desafiam e modificam o cenário trabalhista constantemente.

AGRADECIMENTOS:

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/>. Acesso em 10 dez. 2017

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 819 de 13 de agosto de 2015. Dispõe sobre a autorização de funcionamento de unidades que**

integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diário Oficial da União. Publicado em 17 de Agosto de 2015. Seção 1. Nº 156. P.12

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 9.394/96 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 14Dez 2017

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto 5.154, de 23 de julho de 2014. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5154.htm> Acesso em: 10 jan. 2018

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf> Acesso em 02 jan. de 2018

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 3.552 de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm . Acesso em 02 jan. 2018

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 4.759 de 20 de agosto de 1965. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais.** Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4759.htm . Acesso em 30 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto 5154 de 23 de Julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.** Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em 12 jan. 2018

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto s/nº de 22 de março de 1999. Dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás.** Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/117820/decreto-99?ref=topic_feed>. Acesso em 22 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e**

Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm> . Acesso em 20 dez. 2017

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999. V.1.

FREIDSON, E. **Professionalism: the third logic.** Cambridge: Polity Press, 2001.

_____. **Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 31, junho de 1996

JAMESON, Fredric. **A virada cultural: reflexões sobre o pós-modernismo.** Trad. Carolina Araújo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **idades.** – Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=EN>> . Acesso em mar.2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Educação e qualificação profissional** : 2014 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. – Rio de Janeiro : IBGE, 2017. 104 p.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (IMB) **Goiás em Dados 2014.** Disponível em <http://www.imb.go.gov.br/viewnot.asp?id_cad=1209&id_not=3> . Acesso em 05 jan.2018

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (IMB) **Índice de desempenho dos municípios.** Disponível em <<http://www.imb.go.gov.br>> . Acesso em 22 jun.2017

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC. **Educação à distância. Compromisso é fundamental para obter a especialização.** Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33418>> . Acesso em 14 dez. 2017

SANTOS, Artur Tranzola. **Abertura comercial na década de 1990 e os impactos na indústria automobilística.** Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais, v. 8, n. 16, p. 107-129, 2009.

Submetido em 17/08/2018

Aprovado em 12/10/2018

Sobre o(s) Autor(es):

Antônio Pasqualetto

Graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (1991), Mestre e Doutor em Fitotecnia (Produção Vegetal) pela Universidade Federal de Viçosa - UFV (1994 e 1999) . Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG. Atuou como coordenador dos cursos

de graduação em Engenharia Ambiental e Tecnólogo em Saneamento ambiental e cursos Técnico em Saneamento Ambiental e Técnico em Controle Ambiental. Coordenou especialização em Gestão Ambiental pela Faculdade de Tecnologia do SENAI - FATESG e Perícia Ambiental pela PUC Goiás. Coordenador do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial - PUC Goiás e professor do Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas - PUC Goiás.
Email: profpasqualetto@gmail.com

Oyana Rodrigues Santos

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (1984), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (1999) e doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2014). Atualmente é professor classe D 404 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás e professor adjunto I da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Pesquisadora no Núcleo de Pesquisa e Educação (NUPE) e Centro de Pesquisa em História Geografia e Ciências Sociais (CPHGS) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Email: oyana.santos@ifg.edu.br

Aline Tereza Borghi Leite

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (2015). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (2007). Graduada em Ciências Sociais pela UFG e também em Relações Internacionais pela PUC Goiás. Atualmente, é Coordenadora do curso de Relações Internacionais da PUC Goiás. É docente permanente do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da PUC Goiás. É membro do Programa de Direitos Humanos (PDH) e é membro do Programa de Educação e Cidadania (PEC/PDH), ligado à Coordenação de Extensão da PUC Goiás.

Email: alineborghi@hotmail.com

Juliano Castro Silvestre

Professor do Instituto Tecnológico do Estado de Goiás (ITEGO) em Artes Basileu França desde 2015, e atualmente exerce a função de coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Produção Cênica. Foi supervisor de Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios no curso técnico EAD em Administração pelo Pronatec (2016-2018). Professor da Faculdade Noroeste nos cursos de Administração e Ciências Contábeis (2016). Professor Formador da Rede E-Tec Brasil da UAB (2015-2016). Tem experiência na elaboração de material didático para cursos de EAD.

Email: ju.castrosilvestre@gmail.com